

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23763.000652/2026-65

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o contratação de empresa especializada para execução de serviços de locação e instalação de central de Ar Comprimido e Central de Vácuo Clínico para atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (HU-UFSCar) conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Da Classificação dos Serviços Comuns de Engenharia

1.2.1. Trata-se de **serviço comum de engenharia de caráter continuado** sem fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, a ser contratado mediante pregão eletrônico. A contratação não adotará o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP).

1.2.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, considerando a conceituação do inciso LIII, alínea "a", do Anexo I, do RCC 3.0, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, por ser um serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

1.2.3. A Contratada se responsabilizará por todas as despesas diretas e indiretas advindas do cumprimento das obrigações assumidas relativamente ao pessoal utilizado, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante.

1.2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.3. Da Necessidade de Formalização de Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 188, caput, do Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.

1.5. Os contratos regidos pelo Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 192 do Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.

1.6. A manutenção de preços e condições mais vantajosas para a HU Brasil será formalmente avaliada a cada 12 (doze) meses de execução contratual.

1.7. A não manutenção da vantajosidade da contratação para a HU Brasil pode ensejar a rescisão unilateral do contrato.

1.8. Da quantidade da demanda

1.8.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Identificação CATSER/CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Mensal	Quantidade para 12 meses
	1	LOCAÇÃO DE CENTRAL DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL Conjunto de equipamentos para produção de ar comprimido medicinal. Deve possuir sistema de suprimento primário, com capacidade total que atenda a demanda do hospital, suprimento secundário que atenda a mesma demanda e suprimento reserva de cilindros.	14788	Mês	1	12

1						
	2	LOCAÇÃO DE CENTRAL DE VÁCUO CLÍNICO Conjunto de equipamentos para produção Vácuo Clínico. Deve possuir sistema de suprimento primário, com capacidade total que atenda a demanda do hospital, suprimento secundário que atenda a mesma demanda.	14788	Mês	1	12
	3	FORNECIMENTO DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL Ar comprimido medicinal, com pureza mínima de 99% em cilindros de 10 m³, com o fornecimento de cilindros, em regime de comodato.	366184	m³	-	200

1.9. Caso haja divergência entre o descritivo do Termo de Referência e do Catálogo de Materiais (CATSER/CATMAT), prevalecerá o descritivo constante neste documento e seus Anexos.

1.10. Os códigos dos itens foram revisados conforme o Catálogo de Serviços (CATSER/CATMAT), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Ministério da Economia (ME).

1.11. O presente Termo de Referência visa orientar o processo de contratação e definir o conjunto de elementos técnicos que deverão nortear a execução das atividades, a fim de assegurar qualidade, racionalidade, economicidade, eficiência e eficácia à instituição. O objeto especifica os serviços a serem executados pela Contratada, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requisitos mínimos de qualidade e condições gerais para a condução dos serviços sob sua responsabilidade.

1.12. A capacidade dos itens 1 e 2 deverão possuir capacidade para atender 100% do consumo máximo provável considerando um compressor fora de uso.

1.13. O **Item 3** (fornecimento de ar comprimido medicinal em cilindros) constitui uma reserva técnica preventiva e sua contratação ocorrerá **estritamente sob demanda**. A estimativa de 200 m³ para 12 meses serve como teto orçamentário para cobertura de eventuais contingências. O ônus financeiro e o faturamento deste item só ocorrerão mediante o real acionamento e consumo dos cilindros motivados por falha ou interrupção na rede elétrica da instituição. Não havendo acionamento por essa causa específica, o item não gerará custos para a CONTRATANTE.

1.14. O consumo máximo provável deve considerar a soma das estimativas de consumo para cada seção do serviço de saúde, considerando o fator de simultaneidade, o número de postos de consumo e a vazão por posto de utilização, e considerando também a taxa de ocupação esperada e informada pelo serviço de saúde.

1.15. O dimensionamento da capacidade dos equipamentos deve considerar os pontos disponíveis no HU-UFSCar, conforme quadro abaixo.

1.16.

Estrutura HU-UFSCar para suporte do dimensionamento dos equipamentos objetos deste contrato

Amambiente/Setor/Equipamento	Tipo	Quantidade
Sala de inalação	Cadeira	4
Sala de curativos	Leito	2
Sala de trauma ou procedimento invasivo de emergência	Leito	2
UTI adulto	Leito	10
UTI pediátrica	Leito	10
UTI coronariana	Leito	10
Unidade de Internação (quarto/enfermaria)	Leito	123
Sala cirúrgica	Sala	7
Sala de recuperação anestésica	Leito	11
Pronto Atendimento adulto	Leito	14
Pronto Atendimento Pediátrico	Leito	8
Observação Pediátrica	Leito	2
Ambulatórios	Sala	24

Hemodiálise	Poltrona	26
Central de Materiais	Setor	1
Central de Materiais - Autoclave (Boumer 370L)	Equipamento	2
Central de Materiais - Ultrassônica	Equipamento	2
Central de Materiais - Pistola	Equipamento	6
Central de Materiais - Termodesinfetadora	Equipamento	2
Central de Materiais - Lavadora de comadre	Equipamento	1
Central de Materiais - Statim	Equipamento	1
Central de Materiais - Sterra	Equipamento	1
Laboratório de análises clínicas	Setor	1
Agência transfusional	Setor	1
Laboratório de análises clínicas	Setor	1
Tomografia	Equipamento	1
Sala de raio X geral	Sala	3
Endoscopia	Sala	4
Ultrassom e exames de medicina nuclear	Sala	2
Unidade de Diagnóstico e Terapêutica	Setor	1
Hospital Dia	Leito/Poltrona	10
Unidade de pesquisa clínica	Setor	1
Unidade de Simulação	Setor	1

1.17. **Do Orçamento detalhado: planilhas orçamentárias e detalhamento da composição de benefícios e despesas indiretas (BDI) e dos encargos sociais (ES)**

1.17.1. Atesta-se que o modelo de proposta já contém detalhamento necessário e suficiente dos custos unitários para fins de exequibilidade e julgamento.

1.17.2. Considerando a natureza do objeto da pretensa contratação (serviço de engenharia continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra) e a metodologia adotada para pesquisa de preços, não é possível segregar, como regra, os custos diretos e indiretos da contratação, de modo que o BDI já se encontra embutido no custo dos bens ou serviços, motivo a ensejar a dispensa da necessidade de detalhamento específico de BDI.

1.17.3. Considerando a natureza do objeto da pretensa contratação (serviço de engenharia continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra) e a metodologia adotada para pesquisa de preços, os encargos sociais estão implicitamente embutidos no preço final praticado pelas empresas do setor, motivo a ensejar a dispensa da necessidade de detalhamento específico de encargos sociais.

1.18. **Do projeto básico**

1.18.1. Considerando o objeto da pretensa contratação, ressalta-se que a especificação do objeto da contratação encontra-se suficientemente detalhada neste termo de referência, sem qualquer prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, o que permite a dispensa da elaboração de projeto executivo, nos termos do art. 127, § 3º, do RCC 3.0.

1.19. **Do projeto executivo**

1.19.1. Quanto ao projeto executivo, sua elaboração competirá à CONTRATADA, nos termos do art. 127, § 1º, do RCC 3.0.

2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ALINHAMENTO AO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO**

2.1. **Justificativa da Contratação**

2.1.1. O Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (HU-UFSCar) encontra-se com contrato com prazo de encerramento para 15 de setembro de 2026 para fornecimento dos serviços objetos desta contratação, sem possibilidade de novo termo aditivo.

2.1.2. O ar comprimido medicinal e vácuo clínico medicinal consistem em recursos essenciais ao funcionamento de uma instituição hospitalar. No âmbito do HU-UFSCar esses recursos são utilizados em todos os pontos de assistência em funcionamento, incluindo as Unidades de Terapia Intensiva Adulta e Pediátrica, Pronto Atendimento Adulto e Pediátrico, Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Observação Pediátrica, Centro Cirúrgico, Saúde Mental, Ambulatórios e Hemodiálise, com previsão e dimensionamento de uso também nas novas áreas em construção, tais como a Unidade Coronariana.

2.1.3. A presente contratação busca, portanto, manter fornecimento ininterrupto de ar comprimido medicinal e vácuo clínico no HU-UFSCar. A disponibilidade regular desses insumos é fundamental para

assegurar a continuidade da assistência hospitalar e dos procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência realizados no HU-UFSCar, contribuindo diretamente para a qualidade da assistência prestada, a segurança do paciente e a eficiência das equipes clínicas e cirúrgicas.

2.1.4. Pelo exposto, a contratação em tela se mostra como imprescindível para atender as necessidades da Administração.

2.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento,**

2.2.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Compras do Exercício de 2026, devidamente aprovado, disposto no processo SEI 23763.000087/2026-36 assim como no Acordo Organizativo de Compromissos, disponível no processo SEI 23763.000030/2026-37.

2.2.2. Ademais, o objeto da contratação está contemplado no Plano Diretor Estratégico, por meio de seu Mapa Estratégico 2024-2028, por meio do seu Objetivo Estratégico OE02 - Qualificar o Cuidado Hospitalar.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. **Ciclo de Vida do Objeto**

3.1.1. O planejamento da contratação contemplou a identificação da necessidade institucional de locação de Sistema completo de Central de ar comprimido medicinal e vácuo medicinal com disponibilização institucional de espaço físico adequado para sua instalação, bem como a oferta de reposição de cilindros de oxigênio medicinal de 10m³ para reposição da bateria de ar comprimido, nas condições e estimativa de quantitativos necessários à adequada prestação do serviço.

3.1.2. Na presente etapa, desenvolve-se a fase de contratação, destinada à seleção do fornecedor que executará o objeto. Nessa etapa, são analisados e validados os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e técnica dos licitantes, em conformidade com as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, assegurando a escolha de proposta apta a atender às necessidades da Administração.

3.1.3. A etapa posterior envolve a gestão contratual do objeto, o qual será a disponibilização, por meio de locação, de central de ar comprimido medicinal e vácuo clínico, com fornecimento de cilindros de ar comprimido em regime de comodato.

3.1.4. Durante a execução contratual, os itens 1 e 2 objetos deste termo de referência permanecerão em regime de locação, sendo utilizados para o o fim proposto, enquanto a Administração realizará o acompanhamento contínuo da prestação dos serviços. Nessa fase, será monitorada a conformidade com as exigências contratuais.

3.1.5. A gestão contratual abrangerá, ainda, a análise de eventuais necessidades de prorrogação, reajuste, adequação quantitativa ou substituição da solução, sempre com o objetivo de assegurar a continuidade, a eficiência e a economicidade do serviço prestado.

3.1.6. Ao término da vigência contratual, ou em caso de substituição da solução por estrutura definitiva, será realizada a fase de desmobilização, compreendendo a remoção dos itens locados do local de instalação, com a restituição dos mesmos ao contratado.

3.1.7. Nessa etapa, a Administração deverá verificar a adequada retirada dos equipamentos, a integridade das áreas utilizadas e o cumprimento de todas as obrigações contratuais relativas ao encerramento do serviço, de modo a evitar passivos administrativos ou operacionais.

3.1.8. Caso haja necessidade de registro ou transferência de informações relacionadas à utilização dos itens e à logística adotada durante o período de locação, tais dados deverão ser formalmente documentados, com o objetivo de preservar a memória administrativa e reduzir riscos de descontinuidade em futuras contratações.

3.2. **Parcelamento do Objeto**

3.2.1. Esta contratação foi estruturada de forma agrupada em um único item/lote em razão da natureza integrada e indissociável dessas atividades. A mobilização e a desmobilização constituem etapas logísticas diretamente vinculadas à execução do serviço principal de locação, sendo indispensáveis para viabilizar a entrega, instalação, retirada e devolução dos itens locados.

3.2.2. A eventual separação desses serviços em itens distintos poderia gerar incompatibilidades operacionais, dificuldades de coordenação entre diferentes fornecedores e riscos à adequada execução contratual, uma vez que a instalação e a remoção dos itens exigem conhecimento técnico específico sobre as características estruturais dos próprios fornecidos.

3.2.3. Além disso, o agrupamento contribui para a eficiência administrativa, ao concentrar em um único contratado a responsabilidade por todas as etapas do ciclo de vida da solução, desde o transporte e posicionamento inicial até a retirada final dos itens, reduzindo a necessidade de interfaces contratuais múltiplas, minimizando riscos de atrasos, conflitos de responsabilidade e custos adicionais decorrentes de eventuais incompatibilidades técnicas.

3.2.4. Ainda, justifica-se o não parcelamento dos itens objetos deste estudo, agrupados no grupo 1, considerando que esses recursos são fornecidos integralmente por todos os fornecedores que atuam na área de gases medicinais, não implicando, portanto, em direcionamento da contratação.

3.2.5. A aquisição de cilindros de ar comprimido medicinal deve ser compatível com o módulo de bateria da central de ar comprimido, sendo adequado, portanto, que seja fornecido por mesmo fornecedor que irá locar o serviço integrado da central de ar comprimido medicinal. Neste aspecto, a norma técnica vigente ressalta que o suprimento reserva da bateria de cilindros deve ser do mesmo fornecedor do suprimento primário.

3.2.6. A adoção do agrupamento também se justifica pela similaridade e complementaridade e dos itens, que são tradicionalmente fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade. Essa configuração facilita a fiscalização do contrato, reduz riscos operacionais e promove maior eficiência na resolução de eventuais falhas durante a execução contratual.

3.2.7. A centralização contratual favorece a agilidade em eventuais substituições de cilindros, manutenção corretiva e atendimento emergencial em contextos críticos.

3.3. **Vistoria para a Licitação**

3.3.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 12:00min e 13h00min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado, previamente, pelo telefone (16) 3509-2400 com o Setor de Farmácia Hospitalar ou com o Setor de Infraestrutura do HU-UFSCar.

3.3.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.3.3. Para a vistoria, a empresa ou o seu representante legal, deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

3.3.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.3.5. A empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do processo de licitação.

3.3.6. Os modelos de declaração de realização de vistoria ou declaração de opção de dispensa de vistoria estão demonstrados nos Anexo I e Anexo II.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Requisitos Legais**

4.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

4.1.2. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

4.1.3. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada HU Brasil;

4.1.4. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

4.1.5. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

4.1.6. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

4.1.7. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

4.1.8. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.1.9. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

4.1.10. [Política de Compras Centralizadas da HU Brasil](#);

4.1.11. [Política de Proteção de Dados Pessoais da](#) HU Brasil;

4.1.12. [Política de Transações com Partes Relacionadas da](#) HU Brasil;

4.1.13. [Regulamento de Compras e Contratos da](#) HU Brasil - [Versão 3.0 - RCC 3.0](#)

4.2. **Requisitos Técnicos do Produto**

4.2.1. **Da locação de central de ar comprimido medicinal com compressor**

4.2.1.1. Deverá ser fornecida central de suprimento com dois ou mais pares de compressores com funcionamento alternado como suprimento primário; e adicionalmente, um suprimento secundário composto por um ou mais pares de compressores e um suprimento reserva com cilindros de ar comprimido.

4.2.1.2. A locação da central de suprimento de ar comprimido contempla o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e todos os materiais necessários para a execução dos serviços de forma contínua e ininterrupta.

4.2.1.3. A prestação do serviço inclui a instalação total do sistema e os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a reposição de peças, os quais deverão estar incluídos na locação. Além da aferição e a calibração dos equipamentos do sistema, tais como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros e reguladores, conforme legislação vigente.

4.2.1.4. Os equipamentos geradores de ar comprimido medicinal deverão ser isentos de óleo. Os equipamentos geradores de ar comprimido devem utilizar chave de partida suave (*Soft Starter*) ou inversor de frequência para o acionamento dos compressores.

4.2.1.5. A instalação e o funcionamento da central de ar comprimido medicinal deverão atender as normas técnicas e sanitárias vigentes ou aquelas que vierem a substituí-las durante a vigência do contrato.

4.2.1.6. A capacidade da central de suprimentos de ar comprimido medicinal deve ser de 100% do consumo máximo provável considerando um compressor fora de uso. Os equipamentos da central de ar comprimido deverão ser dimensionados com base no quadro descrito no item 1.16, apresentando, contudo, vazão mínima de 120m³/h (para cada par de compressores independente).

4.2.1.7. Os compressores do fornecimento primário e secundário devem ser ligados ao suprimento elétrico de emergência da instituição.

4.2.1.8. A central de suprimento secundário com compressor deve ter acionamento automático por diferença de pressão, com possibilidade também de funcionamento manual, de forma alternada ou em paralelo.

4.2.1.9. A central de reserva com suprimentos com cilindro deve ser dimensionada para garantir funcionamento integral de todas as unidades por, no mínimo, 24 horas ininterruptas, com, no mínimo, sistema duplo de baterias, com cada bateria contendo minimamente 12 (doze) cilindros de 10m³ de ar comprimido.

4.2.1.10. A central de suprimento de ar comprimido deve ser localizada em área iluminada, de fácil acesso, com acesso restrito a pessoas autorizadas. A área poderá ter monitoramento por câmeras, a critério da instituição.

4.2.1.11. A central com compressor deverá possuir um ou mais sistemas de purificação, com capacidade de atender 100% do consumo máximo provável, com capacidade de produzir ar comprimido medicinal de acordo com as especificações das normas técnicas e sanitárias vigentes, cumprindo, minimamente, as seguintes especificações.

1. N₂: balanço;
2. O₂: de 20,4 % a 21,4 % v/v de oxigênio;
3. CO₂: 5 g/g máx. v/v;
4. SO₂: 1 g/g máx. v/v;
5. NO + NO₂: 2 g/g máx. v/v;
6. Óleos e partículas sólidas: 0,1 mg/m³ máx. v/v, medido a pressão ambiente;
7. Vapor de água: 67 g/g máx. v/v (ponto de orvalho - 45,5 °C, referido à pressão atmosférica).

4.2.1.12. Deverá possuir sistema de controle e monitoramento com analisador capaz de monitorar de forma contínua o ponto de orvalho. A calibração do analisador deverá ser efetuada conforme especificações do fabricante e normas vigentes.

4.2.1.13. O sistema deverá apresentar o analisador de CO no ar tratado com controle instantâneo da qualidade do mesmo.

4.2.1.14. Para pressões diferentes da pressão atmosférica, deverá ser usada tabela de conversão.

4.2.1.15. O dispositivo deve possuir compensação para variações de temperatura e pressão.

4.2.1.16. A central de ar comprimido deverá possuir ponto de captação de amostra instalado após o sistema de regulação da pressão de distribuição possibilitando que seja possível verificar se o produto está em conformidade com as normas vigentes a qualquer tempo.

4.2.1.17. Deverá ser instalado sistema adicional de purificação em decorrência do suprimento secundário, a

fim de permitir o isolamento de cada sistema, garantindo a continuidade da operação em caso de falha de um dos sistemas.

4.2.1.18. O sistema de controle e monitoramento deverá efetuar a alteração automática para o fornecimento de suprimento secundário e para o sistema de reserva de cilindros em caso de falha.

4.2.1.19. Deverá ser instalado secador de ar por adsorção conforme especificação disposta nas normas vigentes (sílica gel, alumina ativada ou peneiras moleculares) localizado a montante dos filtros de partículas para no mínimo 0,3 m e 99% de eficiência.

4.2.1.20. A central de ar comprimido deverá garantir a pressão de distribuição.

4.2.1.21. O ponto de captação do ar para o compressor de ar comprimido medicinal deve estar localizado a uma distância mínima de 3 m da central de gases oxidantes; da exaustão dos sistemas de vácuo clínico, de fornos, das descargas de motores de combustão e de ventilação; e do revolvimento de entulhos, resíduos e outros, de forma a evitar a captação do ar atmosférico com qualquer contaminação.

4.2.1.22. A extremidade do bocal de entrada de ar deve estar voltada para baixo e deve ser protegida por tela, para evitar a entrada de animais.

4.2.1.23. As sucções de compressores distintos podem ser conectadas a um ponto de captação comum. Contudo, a tubulação de entrada (aberta) de um compressor removido para manutenção ou reparo deve ser isolada por meio de válvula de retenção, bujão ou flange cego, de forma a evitar captação do ar circundante. Deve ser instalado um dispositivo automático, de forma a evitar o fluxo reverso por meio de compressores fora de serviço.

4.2.1.24. A central deve ser provida de alarme operacional sonoro e visual, que indique o acionamento do suprimento secundário (compressores secundários e/ou bateria de cilindros reserva). Adicionalmente, o sistema de alarme deve possuir uma extensão que permita a emissão de sinal sonoro e luminoso também na área de distribuição de medicamentos da farmácia central do HU-UFSCar.

4.2.1.25. Na central de ar comprimido medicinal com compressor deve ser instalado um sistema de regulação de pressão, antes da conexão do suprimento reserva, capaz de reduzir a pressão de estocagem para a pressão de distribuição, sempre inferior a 785 kPa, e capaz de manter a vazão máxima do sistema centralizado, de forma contínua.

4.2.1.26. Imediatamente após o sistema de regulação de pressão e antes da válvula de bloqueio, deve ser instalada uma válvula de alívio de pressão regulada para abrir a uma pressão sempre superior à pressão de distribuição e inferior a 942 KPa.

4.2.1.27. O suprimento por meio de cilindros deve ser de ar comprimido medicinal.

4.2.1.28. A substituição dos cilindros que compõem a bateria reserva são de responsabilidade do fornecedor para os casos de consumo devido à falha do sistema, uso durante manutenções corretivas e preventivas ou por vencimento dos cilindros, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.2.1.29. As tubulações, válvulas e manômetros que fazem parte da central devem ser construídos com materiais adequados ao tipo de gás com o qual irão trabalhar e devem ser instalados de forma a resistir às pressões específicas. Também devem ser observadas as especificações das normas vigentes, incluindo a ABNT NBR 12188.

4.2.1.30. Os cilindros do suprimento reserva devem estar adequadamente fixados para prevenir acidentes.

4.2.1.31. O suprimento reserva deve estar conectado com as respectivas válvulas abertas, pronto para entrada imediata por diferença de pressão.

4.2.1.32. A central de suprimento com cilindros deve possuir duas baterias de cilindros, sendo que cada bateria deve possuir no mínimo 12 cilindros de 10m³.

4.2.1.33. Os cilindros que compõem a bateria podem ser novos ou usados desde que estejam devidamente qualificados para uso conforme estabelecido em legislação vigente.

4.2.1.34. As conexões dos chicotes ou das mangueiras flexíveis para acoplamento nos cilindros devem estar em conformidade com a ABNT NBR 11725.

4.2.1.35. Cada bateria de cilindros deve estar conectada a uma válvula reguladora de pressão capaz de reduzir a pressão de estocagem para a pressão de distribuição, sempre inferior a 785 kPa, e capaz de manter a vazão máxima do sistema centralizado de forma contínua.

4.2.1.36. Próximo à válvula reguladora de pressão deve haver um manômetro a montante, para indicar a pressão de cada bateria de cilindros, e outro a jusante, para indicar a pressão na rede.

4.2.1.37. Deve haver uma válvula de bloqueio a ser operada manualmente, entre o bloco central e cada bateria de cilindros, e uma outra válvula de bloqueio imediatamente após cada válvula reguladora de pressão.

4.2.1.38. Deve ser instalada uma válvula de alívio de pressão regulada para abrir a uma pressão sempre superior à pressão de distribuição e inferior a 942 kPa, imediatamente após a válvula reguladora de pressão e antes da válvula de bloqueio.

4.2.1.39. A válvula de alívio de pressão deve ser instalada de tal forma que, uma vez acionada, o escapamento se dê para o ambiente externo, sem risco de atingir pessoas.

4.2.1.40. A válvula de alívio de pressão deve ser de material adequado para uso nos respectivos sistemas e deve ser calibrada conforme as instruções do fabricante.

4.2.1.41. A troca dos cilindros da bateria reserva deverá ser realizada sempre que o nível da bateria atingir 75% de sua capacidade total.

4.2.1.42. O fornecimento de cilindros para o suprimento reserva da bateria de cilindros deve ser compatível com todas as conexões, válvulas e reguladores, possuir registro ou dispensa de registro na ANVISA, conforme RDC 870/2024, sendo obrigatória a apresentação de licença sanitária para transporte e produção do respectivo gás medicinal.

4.2.1.43. Todos os recursos necessários para o fornecimento ininterrupto e adequado de ar comprimido medicinal deverão ser fornecidos pela contratada sem custos adicionais.

4.2.1.44. O alarme operacional deve ser instalado em local que permita a sua constante observação pela equipe técnica durante o período de funcionamento do serviço de saúde.

4.2.1.45. O sistema de alarme operacional deve ser alimentado pela rede elétrica da edificação e também deve ter sua alimentação chaveada automaticamente para fonte de emergência autônoma do próprio alarme ou do serviço de saúde, em no máximo 15 s, no caso de falta de energia.

4.2.1.46. Após a instalação do sistema centralizado deve-se seguir com ensaio comissionado conforme norma ABNT NBR 12188.

4.2.1.47. A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, sem custos adicionais, nos seguintes termos:

1. A manutenção preventiva será realizada conforme periodicidade definida pelo fabricante, com emissão de relatório técnico detalhado.
2. A manutenção corretiva incluirá todas as peças, mão de obra e deslocamentos, sem limite de chamados ou cobranças adicionais.
3. O prazo máximo para solução de falhas críticas será de 24 (vinte e quatro) horas corridas a partir do acionamento formal da Contratante. Para falhas não críticas, o prazo será de até 7 (sete) dias corridos.

4.2.1.48. Os equipamentos e acessórios entregues deverão estar em perfeitas condições de uso, sem sinais de avarias, oxidação, vazamentos ou falhas estruturais, sendo passíveis de rejeição pela Contratante em caso de não cumprimento do exposto.

4.2.1.49. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer os Prontuários e Relatórios de Inspeção dos vasos de pressão, originais ou cópias, integrantes do sistema, em conformidade com as disposições das normas vigentes para os vasos de pressão, ou da legislação/norma que vierem a substituí-las, de não conformidade.

4.2.1.50. Nas intervenções preventivas ou corretivas, deve ser assegurado que não haja interrupção no fornecimento de ar comprimido medicinal.

A contratada deverá disponibilizar assistência técnica com suporte 24h por dia, sete dias por semana, com acionamento via telefone, para registro de chamados, dúvidas operacionais ou emergências.

4.2.2. Da locação de central de vácuo clínico medicinal

4.2.2.1. Deverá ser fornecida, em regime de locação, central com duas ou mais bombas em funcionamento alternado como suprimento primário, com capacidade total de 100% do consumo máximo provável considerando um compressor fora de uso e suprimento secundário, com uma ou mais bombas com capacidade total equivalente.

4.2.2.2. O consumo máximo provável deve considerar as possibilidades de ampliação dos serviços e postos de atendimento na instituição, durante a vigência do contrato.

4.2.2.3. Os equipamentos da central de vácuo clínico deverão ser dimensionados com base no quadro descrito no 1.16, sendo a capacidade mínima de cada bomba de vácuo de 100m³/hora (independentes).

4.2.2.4. A locação da central de vácuo clínico contempla o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e todos os materiais necessários para instalação e execução dos serviços de forma contínua e ininterrupta, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, as quais deverão estar incluídos na locação. Além da aferição e a calibração dos equipamentos, conforme legislação vigente.

4.2.2.5. A instalação e o funcionamento da central de vácuo deverão atender as normas técnicas e sanitárias vigentes ou aquelas que vierem a substituí-las durante a vigência do contrato.

4.2.2.6. Os compressores do fornecimento primário e secundário devem ser ligados ao suprimento elétrico de emergência da instituição.

4.2.2.7. O sistema primário deverá efetuar mudança automática do fornecimento de vácuo clínico para o sistema secundário, de forma a permitir o isolamento de cada sistema, mantendo a continuidade da operação na eventualidade de falha de um dos sistemas. Deverá dispor de alarme sonoro e visual que sinalize falhas no

funcionamento, bem como de pressão inadequada na rede.

4.2.2.8. O sistema secundário deverá ter entrada automática e deverá ter a possibilidade de funcionar manualmente, de forma alternada ou em paralelo.

4.2.2.9. A central de vácuo deve ser localizada em área iluminada, de fácil acesso, com acesso restrito a pessoas autorizada. A área poderá ter monitoramento por câmeras, a critério da instituição.

4.2.2.10. O sistema de vácuo deve ser projetado para manter uma pressão abaixo da pressão atmosférica de no mínimo 39,97 kPa ou 61,33 kPa de pressão absoluta máxima nos postos de utilização mais distantes da central de vácuo.

4.2.2.11. Deve ser utilizado o sistema de vácuo seco com coleta do produto aspirado em recipiente junto ao paciente e coleta adicional em recipiente junto ao posto de utilização, e esses recipientes devem ser dotados de dispositivo capaz de impedir o escoamento do produto aspirado para a tubulação.

4.2.2.12. A central de vácuo deve possuir dois filtros bacteriológicos em paralelo para tratamento do ar a ser liberado para a atmosfera, instalados antes do reservatório de vácuo, ou outro sistema de tratamento do fluido aspirado e a ser exaurido, que impeça a contaminação microbiológica do ambiente.

4.2.2.13. A localização e a capacidade do sistema de tratamento empregado devem ser tais que o sistema possa ser utilizado sem interromper ou restringir o vácuo necessário.

4.2.2.14. A central de vácuo deve possuir dispositivo de drenagem e limpeza dos reservatórios de vácuo.

4.2.2.15. A descarga da central de vácuo deve ser dirigida para o exterior do prédio, com terminal instalado de forma a impedir a entrada de água, protegido por tela, a uma distância mínima de 3 metros de porta, janela, entrada de ar ou abertura do edifício.

4.2.2.16. Uma placa de advertência deve ser colocada próxima ao ponto de descarga do vácuo.

4.2.2.17. Nas intervenções preventivas ou corretivas, deve ser assegurado que não haja interrupção no fornecimento de vácuo clínico.

4.2.2.18. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer os Prontuários e Relatórios de Inspeção dos vasos de pressão, originais ou cópias, integrantes do sistema, em conformidade com as disposições nos regulamentos técnicos e normas sanitárias vigentes para os vasos de pressão, ou da legislação/norma que vierem a substituí-las.

4.2.2.19. Deverá haver assistência técnica disponível, 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, com acionamento por meio telefônico, garantida em contrato, durante sua vigência.

4.2.3. **Fornecimento de ar comprimido medicinal em cilindros de 10m³**

4.2.3.1. O ar comprimido medicinal deve possuir pureza mínima de 99%, ser inodoro, incolor, não liquefeito, atóxico, não corrosivo, não inflamável, para uso medicinal. Deve ser fornecido em cilindros de 10m³ de alumínio ou aço, em regime de comodato, sem custo adicional. Os cilindros poderão ser novos ou usados desde que estejam devidamente qualificados para uso conforme estabelecido em legislação vigente.

4.2.3.2. Os cilindros devem ser fornecidos lacrados e com identificação clara da identificação do produto, lote e validade.

4.2.3.3. Os cilindros devem ser compatíveis com todas as conexões, válvulas e reguladores que compõem o sistema de bateria da central de ar comprimido, possuir registro, notificação ou dispensa de registro na ANVISA, conforme RDC 870/2024, sendo obrigatória a apresentação de licença sanitária para transporte e produção do respectivo gás medicinal.

4.2.3.4. O fornecedor deve oferecer plano de recolhimento e descarte adequado dos cilindros conforme normas ambientais vigentes.

4.2.3.5. O prazo de validade do cilindro deverá ser de no mínimo 12 meses, contados a partir da data de entrega.

4.2.3.6. O abastecimento deverá ser realizado mediante pedido da Contratante. A entrega deverá ocorrer em até 24 horas, sem ônus de transporte, frete ou qualquer outra natureza à Contratante.

4.2.3.7. Os cilindros deverão seguir as especificações da Norma ABNT NBR N.12.176 quanto às etiquetas, à rotulagem e às cores.

4.2.3.8. Deverá haver assistência técnica disponível, 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, com acionamento por meio telefônico, garantida em contrato, durante sua vigência.

4.3. **Requisitos de Sustentabilidade Ambiental**

4.3.1. A CONTRATADA deverá observar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, na sua versão mais atualizada, devendo, no mínimo, observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.3.1.1. Materiais:

- a) Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais).

4.3.1.2. Produção e origem dos produtos:

- a) Priorizar produtos de fabricantes regularizados junto à Anvisa, com boas práticas de fabricação certificadas, que adotem medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e reduzam a emissão de poluentes em seus processos industriais.
- b) Estimular a aquisição de materiais produzidos com matérias-primas de origem legal e sustentável, observando o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

4.3.1.3. Logística e transporte:

- a) O transporte e armazenamento dos produtos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária.

4.3.1.4. Gestão e destinação final:

- a) A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, comprovante de destinação dos resíduos químicos oriundos da fabricação, transporte ou recolhimento de produtos.

4.3.1.5. Aspectos sociais e institucionais:

- a) Incentivar o cumprimento de normas trabalhistas e de segurança, conforme a NR 32 do Ministério do Trabalho, que trata da segurança em serviços de saúde.
- b) Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

4.4. **Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência**

4.4.1. A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva sobre os itens fornecidos, nas seguintes condições:

4.4.1.1. **Manutenção Corretiva:** entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos, recolocando o equipamento defeituoso em perfeitas condições de uso, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, ajuste e reparos, testes de calibração, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, limpeza e aspiração na parte interna dos equipamentos.

4.4.1.2. A manutenção corretiva será realizada nos equipamentos que apresentarem defeitos ou funcionamento inadequado ou fora das especificações, mediante abertura de chamado técnico por parte da CONTRATANTE, com a finalidade de recolocá-los em perfeitas condições de uso, em conformidade com o estabelecido em contrato e pelos manuais e normas técnicas específicas, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.4.1.3. O prazo para atendimento da chamada técnica para MANUTENÇÃO CORRETIVA de urgência será de no máximo 06 (seis) horas a contar do registro da chamada pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou ao responsável técnico indicado pela empresa aos usuários, , sem ônus para a CONTRATANTE.

4.4.1.4. Deverá ser disponibilizado atendimento deverá ser 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana inclusive sábados, domingos e feriados.

4.4.1.5. O número de visitas de manutenção corretiva será ilimitado, consequentemente a empresa fornecedora deverá prestar o atendimento sempre que acionada.

4.4.1.6. **Manutenção Preventiva:** Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, calibração, ajustes, testes e revisões que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante dos mesmos.

4.4.1.7. A manutenção preventiva será efetivada pela CONTRATADA, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas, e será realizada mensalmente, conforme cronograma a ser estabelecido entre as partes. Não haverá ônus para a CONTRATANTE.

4.4.1.8. Durante as manutenções os técnicos deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da empresa CONTRATADA providenciar tais dispositivos.

4.4.1.9. Para qualquer tipo de intervenção seja para manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deve garantir segurança e continuidade do fornecimento de gases medicinais. Os profissionais envolvidos na manutenção devem ser devidamente qualificados.

4.4.1.10. A cada visita, tanto preventiva como corretiva os técnicos deverão se reportar ao responsável pelo contrato, e emitir relatórios minuciosos dos serviços realizados. Os relatórios deverão conter nomes e

assinaturas dos técnicos da empresa que executaram os trabalhos bem como o dos responsáveis pela manutenção do hospital que acompanharam os serviços.

4.4.1.11. Após a assinatura do contrato, o Contratado deverá fornecer um cronograma de manutenções contendo as datas em que serão realizadas as manutenções preventivas, calibração e qualificação térmica.

4.4.1.12. Após calibração, manutenção preventiva e qualificação o Contratado deverá afixar etiquetas contendo a data de realização e a data prevista do próximo serviço.

4.4.1.13. Todas as peças de reposição para realização das manutenções preventivas e corretivas deverão estar incluídas e sem custos adicionais. Em casos de impossibilidade de reparo dos equipamentos cedidos, a CONTRATADA deve efetuar a troca do equipamento por outro similar sem nenhum ônus adicional ao CONTRATANTE. Durante o período de troca, a CONTRATADA deve manter ininterrupto o fornecimento.

4.4.1.14. Todos os custos relacionados à manutenção corretiva, preventiva são de responsabilidade da fornecedora, **independentemente da natureza da falha ou serviço**. Assim, todo e qualquer problema deverá ser reparado com ônus para a Contratada.

4.4.2. A Contratada deverá designar um responsável técnico para coordenar as atividades e prestar informações claras sobre o andamento dos serviços prestados e informações técnicas sobre os equipamentos cobertos pelo contrato, devendo para tal indicar endereço de e-mail, número telefônico, incluindo celular para contato.

4.4.3. O Contratado deverá dispor de ferramentas, manuais, equipamentos e pessoal especializado necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

4.5. **Garantia de Execução (do Contrato)**

4.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.5.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.

4.5.1.2. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia emitido por instituição credenciada na Superintendência de Seguros Privados - Susep, fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.5.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.3. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), conforme disposto no 3.1, alínea "e" do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.5.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do Art. 227 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.

4.5.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.5.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa

renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.5.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.5.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.5.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.5.9.1. **prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;**

4.5.9.2. **prejuízos causados a Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;**

4.5.9.3. **multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado;**

4.5.9.4. **obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.**

4.5.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.5.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.5.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.5.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista neste Termo de Referência.

4.5.13.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.5.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.5.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.5.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.5.14.2. A HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.5.15. A garantia da contratação somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à Contratante ou terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento pela Contratada ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.5.16. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.5.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.5.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5. REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O contrato adotará o(s) seguinte(s) regime(s) de execução:

5.1.1. Para o item 1: regime de *empreitada por preço global*, nos termos do art. 9º, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, versão 3.0;

5.1.1.1. Justifica-se a adoção do regime de execução uma vez que a medição será realizada de forma **mensal**, mediante a comprovação da plena disponibilidade e funcionamento dos equipamentos. O valor é fixo, independentemente da oscilação do uso, cobrindo a locação e as manutenções preventivas/corretivas.

5.1.2. Para o item 2: regime de *empreitada por preço global*, nos termos do art. 9º, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, versão 3.0;

5.1.2.1. Justifica-se a adoção do regime de execução uma vez que medição será realizada de forma **mensal**, mediante a comprovação da plena disponibilidade e funcionamento dos equipamentos. O valor é fixo, independentemente da oscilação do uso, cobrindo a locação e as manutenções preventivas/corretivas..

5.1.3. Para o item 3: regime de *empreitada por preço global*, nos termos do art. 9º, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, versão 3.0.

5.1.3.1. Justifica-se a adoção do regime de execução uma vez que a medição será realizada por **unidade de medida metro cúbico (m³)**, por demanda efetiva do HU-UFSCar. O pagamento será vinculado à quantidade de gás efetivamente entregue e atestada pela fiscalização com consumo em m³.

6. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO PROCESSO

6.1. Da instalação:

6.2. A CONTRATADA deverá entregar e instalar os equipamentos e iniciar a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

6.3. Caso a CONTRATADA não consiga efetuar a entrega e instalação dos equipamentos no prazo máximo proposto, será admitida solução provisória que atenda a demanda integral do HU-UFSCar sem nenhum custo adicional à CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA disponibilizar a solução provisória em, no máximo 45 dias corridos da data de assinatura do contrato. A solução provisória deverá ser substituída pela solução definitiva em até 60 dias a partir de sua disponibilização no HU-UFSCar.

6.4. As datas e horários previstos para a entrega, instalação e, posteriormente, para a retirada dos equipamentos deverão ser previamente comunicados à CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para fins de organização logística, controle de acesso e acompanhamento pela fiscalização.

6.5. Os equipamentos serão alocados nas dependências do HU-UFSCar, localizado na R. Luís Vaz de Camões, 111 - Vila Celina, São Carlos - SP, 13566-448, em local designado pelo gestor do contrato.

6.6. Os equipamentos e acessórios deverão ser entregues limpos e em conformidade com as especificações deste termo de referência, a CONTRATANTE poderá recusar o recebimento de itens fora das especificações, sem qualquer ônus adicional a CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA deverá observar todas as normas técnicas, de segurança do trabalho, sanitárias e ambientais aplicáveis durante a execução das atividades de mobilização e desmobilização, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados a pessoas, bens públicos ou privados.

6.8. A CONTRATADA deverá, mediante programação antecipada sem ônus e em comum acordo com a fiscalização da CONTRATANTE, providenciar:

1. Projeto executivo das instalações necessárias à implantação dos equipamentos, contemplando: a) Layout e posicionamento dos equipamentos; b) Interligações com sistemas existentes; c) Indicação das interfaces com a infraestrutura existente; d) Eventuais adequações necessárias para instalação. O referido projeto deverá refletir as condições reais do local e subsidiar a correta execução dos serviços, não substituindo, quando aplicável, projetos básicos previamente fornecidos pela CONTRATANTE.
2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA competente, referente aos serviços de instalação, montagem e demais atividades técnicas executadas no âmbito do contrato, previamente ao início da execução.
3. Transporte horizontal e vertical de todos os equipamentos e materiais necessários à execução do objeto, até o local definitivo da instalação, incluindo todos os meios, mão de obra, dispositivos e eventuais adaptações necessárias.

6.9. A CONTRATADA deverá realizar a interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação deverá ser realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais. As tubulações deverão ser executadas em tubo de cobre, sem costura, classe A, limpas e tratadas previamente para uso com gases medicinais, conexões em cobre ou latão soldadas com solda prata 35%, pintadas nas cores padronizadas pela ABNT (NBR12188), fixadas com suportes de metal, confeccionados para esta finalidade, devidamente tratados e em intervalos definidos conforme norma ABNT NBR12188. Realização e emissão de laudo de Teste de pressão e estanqueidade do sistema, observando aspectos de segurança necessários.

6.10. A CONTRATADA será responsável pela mobilização necessária à execução do objeto, compreendendo todas as atividades de transporte, carga, descarga, posicionamento, instalação, nivelamento, fixação e demais providências indispensáveis à plena disponibilização e funcionamento dos equipamentos no local indicado pela CONTRATANTE, bem como a desmobilização e retirada dos itens do local.

6.10.1. Eventuais danos ocasionados às instalações, redes, pavimentações, edificações ou demais estruturas

existentes no local de instalação em decorrência das atividades de mobilização, desmobilização ou manutenções corretivas e preventivas deverão ser integralmente reparados pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.11. Controle e Fiscalização da Execução

6.11.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

6.12. Recebimento e Aceitação do Objeto

6.12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

6.12.2. Ao final da prestação dos serviços, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do mês subsequente, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

6.12.3. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

6.12.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços prestados.

6.12.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal técnico irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor.

6.12.3.3. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à HU Brasil, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato por força do art. 180 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0).

6.12.3.4. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado (Termo de Recebimento Provisório - TRP) em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor.

6.12.3.5. Quando houver fator de redução na nota fiscal por conta do IMR, o valor deverá ser descrito no TRP.

6.12.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do objeto em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor para recebimento definitivo.

6.12.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.12.3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

6.12.4. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.12.4.2. O Gestor deverá verificar no SICAF, TCU Consolidada, Partes Relacionadas e demais as certidões da Contratada, anexando ao processo. Caso houver alguma irregularidade, enviar à Contratada, no mesmo ofício de solicitação de emissão da nota fiscal, informação e solicitação de regularização das eventuais pendências;

6.12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto;

6.12.4.4. A emissão da nota fiscal/fatura deve ser efetivada pela Contratada somente após a comunicação da Contratante do recebimento definitivo do serviço executado;

6.12.4.5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

6.12.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Pagamento

7.1.1. O pagamento será realizado mensalmente pela Contratante à Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

7.1.2. O valor do pagamento do serviço executado devido à Contratada será apurado mensalmente conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo IMR ou instrumento equivalente.

7.1.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será ser emitida, somente, após o recebimento definitivo do serviço, conforme previsto neste Termo de Referência.

7.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.1.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.1.5.1. data de emissão;

7.1.5.2. dados da Contratada, da Contratante e do contrato firmado;

7.1.5.3. descrição do serviços contratados;

7.1.5.4. período de execução dos serviços;

7.1.5.5. valor dos serviços executados;

7.1.5.6. valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

7.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.1.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso constate que a Contratada não cumpriu as disposições estabelecidas neste Termo de Referência durante a execução dos serviços.

7.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.1.9. É vedado o pagamento de serviços a empresa privada que possua, em seu quadro societário, servidor ou empregado público da ativa pertencente à Contratante, em estrita observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente.

7.1.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos da item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

7.1.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Contratante realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público e a HU Brasil, bem como ocorrências impeditivas indiretas, consideradas as disposições dos artigos 29 a 31 da INSEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, observadas as seguintes condições:

7.1.12. constatando-se situação de irregularidade, a Contratada será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante;

7.1.13. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.1.14. persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do instrumento contratual ou equivalente em execução, assegurada à Contratada a ampla defesa;

7.1.15. havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

7.1.16. será rescindido o instrumento contratual ou equivalente em execução com a Contratada, salvo motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.1.17. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

7.2. **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

7.2.1. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via e-mail; por telefone e via correspondência.

7.2.2. Por meio deste título, serão especificados os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

7.2.3. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência.

7.2.4. Os indicadores de performance não são vistos como meros instrumentos para penalizar a Contratada, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.

7.2.5. Os resultados obtidos no Instrumento de Medição de Resultado servirão de fator redutor para o cálculo do valor a ser pago, mensalmente, do objeto da prestação, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

7.2.6. Deverá ser efetuado, periodicamente, pela fiscalização, o controle da execução dos serviços de forma a gerar relatórios referentes aos meses que foram prestados os serviços.

7.2.7. Para o recebimento integral do valor contratado, a Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

7.2.8. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico avaliar, periodicamente, a execução do objeto da contratação.

7.2.9. Durante a verificação da conformidade da prestação dos serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR, com as seguintes regras e metodologias:

INDICADOR	
1	DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DA CENTRAL DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL E VÁCUO CLÍNICO
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento e de forma ininterrupta da central de ar comprimido e vácuo clínico
Meta a cumprir	1. MANUTENÇÕES CORRETIVAS : * Tempo para realização do reparo e/ou substituição do equipamento - Em até 6 (seis) horas, contados da formalização da solicitação por e-mail, para equipamento ou instalação que comprometa ou ponha em risco o bom funcionamento da central de ar comprimido e vácuo (item crítico); - Em até 3 dias corridos, contados da formalização da solicitação por e-mail, para equipamento ou instalação que não comprometa o funcionamento da central de ar comprimido e vácuo (item não

	crítico).
Instrumento de medição	1. E-mail institucional 2. Chamados de manutenção abertos junto à Contratada
Forma de acompanhamento	1. E-mail institucional 2. Acompanhamento periódico pela fiscalização in loco
Periodicidade	Diário
Mecanismos de cálculo	<p>PARA MANUTENÇÕES NO CONTAINER OU EM QUALQUER EQUIPAMENTO OU INSTALAÇÃO FORNECIDO JUNTO AO MESMO PELA CONTRATADA:</p> <p>Manutenções em itens críticos</p> <p>Dias de atraso = Data da realização do reparo - Data da solicitação por e-mail - 2</p> <p>Manutenções em itens não críticos:</p> <p>Dias de atraso = Data da realização do reparo - Data da solicitação por e-mail - 10</p> <p>OBS.: os cálculos das três fórmulas acima adotarão a contabilização dos dias como "corridos".</p>
Início da vigência	A partir da instalação dos equipamentos no HU-UFSCar
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Cumpridos os prazos indicados na meta a cumprir: 100% do valor da locação mensal;</p> <p>Atraso de até 12h para itens críticos de até 2 dias corridos para itens não críticos: 99% do valor mensal por ocorrência;</p> <p>Atraso de 12h até 24h para itens críticos de 3--4 dias corridos para itens não críticos: 98% do valor mensal por ocorrência;</p> <p>Atraso acima de 24h para itens críticos e superior a 4 dias corridos para itens não críticos: 97% do valor mensal por ocorrência.</p>
Sanções	O atraso acima de 24h para itens críticos e superior a 4 dias corridos para itens não críticos requer ainda a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação mensal do IMR e das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	<p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização e gestão do contrato poderão não ser contabilizados no IMR, ou seja, não ser objeto de desconto no pagamento da etapa, desde que fique comprovado que decorreram de situações que fugiram à responsabilidade da Contratada.</p>

INDICADOR	
2	DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DA CENTRAL DE AR COMPRIMIDO E VÁCUO
Termo de Referência - SEI 61682543 SEI 23763.000652/2026-65 / pg. 17	

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento e de forma ininterrupta da central de ar comprimido e vácuo clínico
Meta a cumprir	1. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS NA CENTRAL DE AR COMPRIMIDO E VÁCUO CLÍNICO Cumprimento do cronograma de manutenção preventiva mensal proposto -
Instrumento de medição	1. Relatório mensal de manutenção preventiva executada
Forma de acompanhamento	1. E-mail institucional 2. Acompanhamento periódico pela fiscalização in loco
Periodicidade	Mensal
Mecanismos de cálculo	PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS NOS OBJETOS DESTES CONTRATOS: Cronograma de manutenção preventiva .
Início da vigência	A partir da instalação dos equipamentos no HU-UFSCar
Faixas de ajuste no pagamento	Cumpridos os prazos indicados no cronograma: 100% do valor da locação mensal; Atraso de até 10 dias corridos: 99% do valor mensal por ocorrência; Atraso de 11-30 dias corridos: 98% do valor mensal por ocorrência; Atraso superior a 30 dias corridos: 97% do valor mensal por ocorrência.
Sanções	O atraso acima de 30 dias corridos requer ainda a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação mensal do IMR e das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto. Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização e gestão do contrato poderão não ser contabilizados no IMR, ou seja, não ser objeto de desconto no pagamento da etapa, desde que fique comprovado que decorreram de situações que fugiram à responsabilidade da Contratada.

INDICADOR	
3	PRAZO DE CONCLUSÃO DAS ATIVIDADES DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OBJETOS DESTES CONTRATOS

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento das atividades de instalação da Central de Ar comprimido e Vácuo Clínico
Meta a cumprir	45 dias corridos a partir da assinatura deste contrato
Instrumento de medição	1. E-mail institucional 2. Ordem de Serviço
Forma de acompanhamento	1. E-mail institucional 2. Fiscalização in loco
Periodicidade	Sob demanda (quando da realização de cada etapa)
Mecanismos de cálculo	Dias de atraso para a conclusão das instalações dos itens objetos deste contrato Dias de atraso = Data da conclusão da instalação e disponibilização para uso - Data previamente estabelecida
Início da vigência	A partir da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Cumpridos os prazos indicados na meta a cumprir: 100% do valor da etapa; Atraso de até 5 dias corridos: 95% do valor; Atraso do 6º dia até o 15º dia corrido: 90% do valor; Atraso acima de 16 dias corridos: 80% do valor.
Sanções	O atraso acima de 16 dias corridos requer ainda a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação mensal do IMR e das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto. Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização e gestão do contrato poderão não ser contabilizados no IMR, ou seja, não ser objeto de desconto no pagamento da etapa, desde que fique comprovado que decorreram de situações que fugiram à responsabilidade da Contratada.

7.2.10. O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão de plano de ações corretivas pela fiscalização do contrato visando orientar a Contratada para a melhoria contínua.

7.2.11. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

7.2.12. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.12.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.2.12.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.2.12.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2.13. Em atenção ao Acórdão TCU n.º 717/2010-Plenário, o IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
 - b) não configure descaracterização do objeto contratado.

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 6º, do Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. Critério de Julgamento

9.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observado as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

9.2. Intervalo entre Lances

9.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

9.3. Modo de Disputa

9.3.1. Para este certame será adotado o modo de disputa **ABERTO**, observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

9.4. Condições de Participação

9.4.1. As condições de participação são aquelas definidas no instrumento convocatório.

9.5. Habilitação jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômica

9.5.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, trabalhista e econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.6. Habilitação Técnica Profissional

9.6.1. Comprovante de registro e de regularidade da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade.

9.6.2. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.6.2.1. Engenheiro Mecânico habilitado e registrado no CREA.

9.6.2.2. Será obrigatória a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), nos termos da legislação vigente, referente à instalação, operação e/ou manutenção da central de ar comprimido e vácuo clínico.

9.6.3. A comprovação do vínculo do responsável técnico se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

9.6.3.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

9.6.3.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do Sicafe;

9.6.3.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo - RPA;

9.6.3.4. Os profissionais indicados pelo fornecedor deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela HU Brasil.

9.6.3.5. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no

certame.

9.6.4. Habilitação técnica contemplando Autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), registro do produto na Anvisa, Certidão de Regularidade Técnica (CRT) emitida pelo conselho competente, Responsável Técnico Habilitado pelo conselho competente e alvará sanitário para a atividade proposta caso o fornecedor seja também o produtor do item 3, objeto deste termo de referência.

9.6.5. Caso o fornecedor opte pela subcontratação do item 3, deverá ser apresentada a documentação técnica necessária do fornecedor principal no momento da entrega do item, a fim de garantir que o item cumpre todos os requisitos regulatórios e técnicos vigentes.

9.7. **Capacidade técnica**

9.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e equipe técnica mínima considerada essencial para a execução contratual.

9.8.1. **Atestado de Capacidade Técnica** que comprove a experiência em **características e prazo compatível** com o objeto a ser firmado, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.8.1.1. A comprovação de que já executou atendimento de instalação, funcionamento e manutenção de sistemas de geração de ar comprimido e central de vácuo em instituições hospitalares com consumo com capacidade correspondentes à pelo menos 40% (quarenta por cento) da capacidade prevista neste Termo de Referência e não superior à 50% (cinquenta por cento) atendendo o disposto no art. 65, §§ 3º e 4º, do RCC 3.0.

9.8.1.2. A comprovação de que já executou objeto compatível por período mínimo de 12 (doze) meses na execução do objeto da contratação, sucessivos ou não, podendo ser aceito o somatório de atestados;

9.8.1.3. Somente serão aceitos atestados que se referiram a contratos já concluídos ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9.8.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.8.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte da Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.8.1.6. Os parâmetros estabelecidos visam assegurar que a licitante detenha experiência comprovada em operação de sistemas de complexidade compatível, sendo tais exigências limitadas ao patamar máximo de 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado e com parâmetros objetivos e mensuráveis, visando consonância com a jurisprudência dos órgãos de controle, afastar subjetividade na análise dos atestados, garantir isonomia entre os licitantes e evitar restrição indevida à competitividade do certame.

9.9. **Tratamento Favorecido para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte**

9.9.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em especial do art. 48, inciso I, admite-se a realização de licitação com itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Contudo, a adoção desse tratamento diferenciado não se mostra adequada no presente caso.

9.9.2. Conforme levantamento de mercado realizado na fase de planejamento da contratação, verificou-se que as empresas que atuam no segmento de locação de central de ar comprimido medicinal e vácuo clínico com especificações compatíveis com objeto a ser contratado não se enquadram como microempresas ou empresas de pequeno porte, sendo todas classificadas como empresas de médio ou grande porte.

9.9.3. Destaca-se, ainda, que os itens a serem contratados destinam-se à fornecimento ininterrupto de ar comprimido medicinal e vácuo clínico, insumos essenciais ao funcionamento do hospital, os quais demandam controle rigoroso dos critérios e especificações para adequado uso em ambiente hospitalar.

9.9.4. Nesse contexto, eventual restrição da disputa apenas a microempresas e empresas de pequeno porte poderia resultar no fracasso do item, seja pela ausência de propostas válidas, seja pela incapacidade técnica de atendimento, o que comprometeria diretamente a continuidade dos serviços assistenciais e o regular funcionamento da unidade hospitalar.

9.9.5. Tal cenário representaria risco relevante à assistência prestada à população e da necessidade de contratações emergenciais.

9.9.6. Dessa forma, com fundamento no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, deixa-se de aplicar a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, a fim de preservar a competitividade do certame, assegurar a obtenção de propostas válidas e garantir a continuidade e a segurança das atividades hospitalares.

9.10. **Proposta de Preços**

9.10.1. Durante o processo de licitação, a Contratada deverá enviar sua proposta, de acordo com o Anexo III - Modelo de Proposta de Preços, de modo que é explicitado a formatação que deve ser dada às propostas a serem encaminhadas pela licitante. Tal formatação deve ser observada e atendida pelas concorrentes ao certame, sob pena de desclassificação do licitante.

9.10.2. Na proposta de preços deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto desta licitação bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, e quaisquer outras despesas não mencionadas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

9.10.3. O prazo de validade da proposta deverá ser igual a 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da data da sua apresentação.

9.10.4. A Contratada deverá encaminhar, em conjunto com a proposta, as especificações dos itens que serão disponibilizados para locação, incluindo manual técnico e documentos que apresentem as especificações dos itens de forma adequada.

9.10.5. Nos casos em que seja constatada a inexecuibilidade da proposta por conta do critério de aceitabilidade de preços, será exigido do proponente o envio de Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) para que possa comprovar explicitamente a respeito da exequibilidade de sua proposta, devendo o DFP conter, no mínimo, as seguintes informações:

9.10.5.1. Detalhamento justificado da composição de custos unitários, detalhando as quantidades e unidades utilizadas, bem como os insumos e mão de obra empregados na formação do preço da proponente;

9.10.5.2. Detalhamento justificado dos tributos utilizados pelo proponente na elaboração da proposta, acompanhando para isso todas as documentações necessárias à comprovação dos valores empregados;

9.10.5.3. Demais informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e forem exigidos para a concreta comprovação da exequibilidade da proposta.

10. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS

10.1. A estimativa de preços para a contratação foi acostada aos autos do Processo n. 23763.001679/2026-75 e será mantida em sigilo, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas pelos licitantes nos termos do Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil.

11. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas no instrumento contratual, cujas disposições contemplam integralmente as responsabilidades de ambas as partes, registrando-se, adicionalmente, que não será exigida a permanência de preposto no local de execução ao longo da vigência do contrato, assim como o prazo para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser analisado no prazo de 90 (noventa) dias.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O regramento das sanções administrativas encontra-se disciplinado no instrumento contratual, cuja faixa de percentuais foi previamente analisada pela EPC, que concluiu pela razoabilidade e adequação o objeto da contratação.

13. GARANTIA DOS SERVIÇOS

13.1. Não se exigirá a garantia de serviços para além da prevista nas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.1.1.1. Gestão/Unidade: 26443/155900

14.1.1.2. Fonte de recursos: 1002A004QY

14.1.1.3. Programa de trabalho: 10.302.5118.8585.0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade/SP

14.1.1.4. Elemento da despesa: 33.90.39-12

14.1.1.5. Plano interno: OIM6F000000

15. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

15.1. Da Subcontratação

15.1.1. Será admitida a subcontratação parcial apenas do objeto referenciado no item 3 deste termo de referência, até o limite de 100% (cem por cento) do valor total do contrato para este item, nas seguintes condições:

15.1.2. O fornecedor primário deve cumprir com todos os requisitos técnicos e regulatórios acerca da produção, transporte e comercialização do item, conforme descrito na habilitação técnica deste termo;

15.1.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação não expressamente autorizada pela equipe de fiscalização.

15.1.4. A subcontratação depende de autorização prévia da HU Brasil, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

15.1.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a HU Brasil pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.1.6. O contratado apresentará à HU Brasil documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

15.1.7. É vedada a subcontratação de empresa que se enquadre nos impedimentos do art. 182, § 2º, do RCC 3.0.

15.2. Do Consórcio

15.2.1. Tratando-se de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

15.2.1.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

15.2.1.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a HU Brasil;

15.2.1.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

15.2.1.4. demonstração pelo consórcio do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Termo de Referência, com acréscimo 30% (trinta por cento), para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

15.2.1.5. quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

15.2.1.6. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão Contratual;

15.2.1.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do instrumento contratual ou equivalente;

15.2.1.8. no caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela HU Brasil e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

17. MATRIZ DE RISCOS

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	RESPONSABILIDADE	FRAÇÃO PREVISTA
Impossibilidade de execução dos serviços de manutenção por conta da dificuldade de acesso	Dificuldade de acesso aos equipamentos	Alterações na edificação para viabilizar a manutenção preventiva e corretiva	A Contratada deverá informar a Contratante todas as dificuldades de acesso.	Contratante	Compartilhado: HU-UFSCar 50% Contratada 50%

Atraso no pagamento	Atraso nos repasses de recursos financeiros para pagamentos das medições mensais	Falta de recursos para aporte no contrato	Cláusulas contratuais de pagamento com encargos moratórios, suspensão do contrato por período, prorrogação de prazo.	Contratante	N/A
Greve	Paralisação dos funcionários alocados no contrato	Paralisação da prestação de serviço	Fiscalização administrativa, verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, sanções administrativas por atraso.	Contratada	N/A
Falta de material	Atraso na entrega de materiais e equipamentos pelos fabricantes e fornecedores	Paralisação da prestação de serviço	Relatório para fiscalização completo de inconformidades, que apresente as atividades detalhadas entregue pela Contratada, produtos substitutos. Planejamento de compras.	Contratada	N/A
Embargo ou interdição dos serviços por órgão público / fiscalização.	Paralisação dos serviços por falta de cumprimento de exigências legais (Alvará, ART, Normas de Segurança, etc..)	Aumento de prazo e custos.	A Contratada deverá obter todas as licenças pertinentes aos serviços a serem realizadas perante aos órgãos responsáveis.	Contratada	N/A
Não fornecimento de Água/Esgoto, Energia Elétrica, Telefone/dados, etc...	Serviços paralisados ou deficientes por falta de ligação (provisória) de água e/ou energia elétrica ou Telefone/dados, etc...	Aumento de prazo e custos.	A Contratada deverá interligar os referidos insumos (de forma provisória), necessários para a execução dos serviços contratados.	Contratada	N/A
Falta de qualificação de pessoal	Contratação de pessoal sem a qualificação necessária para o serviço	Retrabalhos Aumento prazos e custos	Exigência de qualificação técnica na contratação. Subcontratação de empresas especializadas, dentro do limite permitido.	Contratada	N/A
Danos a terceiros	Danos causados a terceiros em decorrência de más decisões durante a reforma.	Aumento prazo e custos	Seguros.	Contratada Seguradora	N/A
Roubos ou furtos no local de acesso restrito por fechaduras e/ou cadeados de responsabilidade da Contratada.	Prejuízos gerados em casa de máquinas de acesso exclusivo da manutenção	Aumento prazo e custos	Planejamento organizacional da empresa.	Contratada	100% Contratada
Problemas de liquidez financeira	Contratada apresenta problemas de caixa, impossibilitando a continuação do contrato	Aumento de prazo	Qualificação Econômico-financeira adequada ao porte da obra / Planejamento financeiro Fiscalização administrativa, verificação das condições licitatórias.	Contratada	N/A
Incapacidade de gerenciamento do contrato/serviços concomitantes	Falta de pessoal para cumprir os contratos	Má qualidade na prestação do serviço	Contratação de pessoal qualificado em quantidade suficiente.	Contratada	N/A

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:

18.1.1. **ANEXO I - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

18.1.2. **ANEXO II - DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

18.1.3. **ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

Equipe de Planejamento

(Assinado eletronicamente)

Tatiane Garcia do Carmo Flausino
Chefe do setor de Farmácia Hospitalar
Coordenador(a) da EPC

(Assinado eletronicamente)

Silvana Aparecida Orlandi Santos
Chefe da Unidade de Farmácia Clínica e Dispensação Farmacêutica
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)

João Fiore Parreira Lovo
Engenheiro Mecânico
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)

Flávio Maffioletti de Sousa
Engenheiro Civil

(Assinado eletronicamente)
Maicon Souza Brito
Chefe da Unidade de Compras e Licitações
Integrante Administrativo da EPC

De acordo com a fundamentação apresentada, aprovo o TERMO DE REFERÊNCIA, inclusive quanto a forma de seleção do fornecedor por meio de Pregão eletrônico.

(Assinado eletronicamente)
Solange Alves de Melo
Gerente Administrativa

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

(Atenção! Este anexo é apenas um modelo. O documento oficial deverá ser feito em papel timbrado da empresa)

Processo nº _____.

Eu, _____, portador (a) do documento de identidade nº _____, expedido pelo (a) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, representante indicado pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO que **DISPENSO** vistoria no local onde serão executados os serviços, estando a empresa que represento apta para avaliação e execução do objeto da prestação.

DECLARO também que considero não serem cabíveis alegações, em qualquer época, de desconhecimento do estado de conservação, de fatos e detalhes que influenciem ou dificultem a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações que forem assumidas.

Em ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante da Empresa)
Nome, cargo ou carimbo

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

(Atenção! Este anexo é apenas um modelo. O documento oficial deverá ser feito em papel timbrado da empresa)

Processo nº _____.

Eu, _____, portador (a) do documento de identidade nº _____, expedido pelo (a) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, representante indicado pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO que **REALIZEI** vistoria no local onde serão executados os serviços e que me foi proporcionado o acesso e a possibilidade de conhecimento de todos os aspectos técnicos, das condições e do grau de dificuldade envolvidos e existentes no local, estando a empresa que represento apta para avaliação e execução do objeto da prestação.

DECLARO também que considero não serem cabíveis alegações, em qualquer época, de desconhecimento do estado de conservação, de fatos e detalhes que influenciem ou dificultem a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações que forem assumidas.

DECLARO ainda que a vistoria foi acompanhada pelo servidor ou empregado público do HU-UFSCAR/HU

Brasil, abaixo identificado, que esclareceu todas as dúvidas sobre o objeto da prestação, eliminando possíveis omissões, falhas e incompatibilidades de informações, estando claras as especificações e condições contidas no Termo de Referência.

Em ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante da Empresa)
Nome, cargo ou carimbo

Informo que acompanhei a vistoria conforme a declaração acima e que esta foi concluída em ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do servidor ou empregado público da HU Brasil)
Nome, cargo ou carimbo

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

(Atenção! Este anexo é apenas um modelo. O documento oficial deverá ser feito em papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO: XX/20XX.

O prazo de validade de nossa proposta é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas na proposta, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas abaixo.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos por expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto desta licitação, comprometemos a assinar o **Contrato** no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa	
Nome da Empresa	
CNPJ	
Endereço	
Responsável pela Proposta	
Telefone/Celular	
E-mail	
Banco	
Agência	
Conta Corrente	

Dados do Representante Legal

Nome Completo	
CPF	
RG	
Endereço	
Cargo/Função	
E-mail	
Telefone	

Grupo	Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	1	XXXXXXXXXXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX
	2	XXXXXXXXXXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX

Em ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante da Empresa)
Nome, cargo ou carimbo



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Garcia do Carmo, Chefe de Setor**, em 11/06/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Fiore Parreira Lovo, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 11/06/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Aparecida Orlandi Santos, Chefe de Unidade**, em 11/06/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Solange Alves de Melo, Gerente**, em 11/06/2026, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maicon Souza Brito, Chefe de Unidade**, em 11/06/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61682543** e o código CRC **131EF230**.

Referência: Processo nº 23763.000652/2026-65 SEI nº 61682543